

Bresser admite mais moratórias na AL

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Ao assinarem um documento em conjunto no México, com a idéia básica de que a dívida externa da América Latina deve ser reduzida, limitando-se o pagamento dos juros à capacidade de cada país, os oito presidentes de países latino-americanos, entre os quais o presidente Sarney, deixaram clara a possibilidade de novas moratórias no continente, caso esses parâmetros não sejam atingidos. Esse foi um dos pontos principais enfatizados pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao participar do programa "Debate em Manchete" — que irá ao ar hoje à noite na Rede Manchete —, no qual discutiu os problemas da dívida com o apresentador Arnaldo Niskier e os empresários Olacyr de Moraes e Carlos Alberto Vieira. Ele disse que a moratória brasileira não trouxe grandes consequências negativas para o País sob a forma de retaliações — a não ser o corte de alguns créditos adicionais — e qualificou de "absurdo" o fato de o Brasil ter que pagar uma dívida quase cinco vezes maior do que o volume de suas exportações.

O ministro salientou que a atitude dos oito presidentes, no encontro ocorrido na última semana do mês passado, não pode ser confundida com uma mera solicitação aos países credores: "Eles não pediram aos Estados Unidos, ao Japão ou à França que fizessem isso ou aquilo, mas tomaram decisões, orientando seus ministros da Fazenda e negociadores sobre como devem negociar a dívida. E disseram, no final, que, se esse parâmetro não for conseguido, é bem possível que alguns países entrem em moratória, tomem ações unilaterais. Se isso acontecer, vai haver a solidariedade dos demais para com este país. Isso mostra que a idéia da moratória, às vezes, é a única arma que temos e que devemos, de vez em quando, usá-la".

Bresser Pereira disse que a taxa de juros para cobrança da dívida externa brasileira ainda está em negociação com os credores e que o objetivo do Brasil é limitar a transferência de recursos para o Exterior, a fim de possibilitar o crescimento da economia. A renda per capita da América Latina, segundo ele, não cresce desde 1975 e a do Brasil está estagnada desde 1980. A dívida externa reduziu a capacidade de investimento do

País em cerca de 5% do Produto Interno Bruto. Se houver recessão, afirmou, a capacidade de investimento será ainda mais reduzida a médio prazo, o que diminui, portanto, a capacidade de exportar e, conseqüentemente, de pagar a dívida.

Os empresários brasileiros, na opinião de Bresser Pereira, devem tomar uma posição mais clara sobre o problema da dívida, entendendo que "ela não foi criada pelo PMDB nem pelo PT, mas durante o regime militar e agravada pela explosão das taxas de juros internacionais nos anos 80". Ele enfatizou que, se o Brasil quer reintegrar-se de fato ao sistema financeiro internacional, "não adianta ir ao Fundo Monetário Internacional", que não conseguiu resolver os graves problemas econômico da Argentina e do México. O que é preciso, reiterou, é que a dívida tenha um desconto, graças a taxas de juros fixas e que o Brasil pague sobre uma parte dessa dívida. "É a idéia da conversão da dívida em bônus ou da conversão em capital, que nós já regulamentamos pelo Banco Central", disse. Lembrou, ainda, que o FMI fez previsões, em 1983 e 1984, de que o Brasil exportaria US\$ 33 bilhões em 1987, mas a realidade é que as expor-

tações somam, hoje, apenas US\$ 25 bilhões. "Seria bonito se fosse possível, mas não é", afirmou.

O ministro da Fazenda negou que o governo esteja evitando ouvir os empresários e assinalou que os industriais já assinaram uma declaração de apoio às suas posições na última vez em que esteve em Washington. Mas disse que ainda existe uma posição entre os empresários de que, se o Brasil adotar atitudes mais firmes em relação aos credores, vai romper sua relação com os Estados Unidos ou com o mundo capitalista, o que, segundo ele, não é verdade: "A Alemanha, após a II Guerra Mundial, ficou com uma dívida imensa e uma crise que parecia permanente, mas a dívida acabou sendo perdoada, o que aconteceu também com a Inglaterra", observou.

Bresser Pereira disse também que a integração de Cuba à organização dos estados norte-americanos, defendida pelo governo brasileiro e aprovada na reunião dos oito, não vai alterar a relação do Brasil com os Estados Unidos no que diz respeito à discussão sobre a dívida. "O fato de sermos amigos e termos interesses comuns não impede que tenhamos algumas divergências", explicou.